

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	57
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	58
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	351.280
Preferenciais	351.280
<b>Total</b>	<b>702.560</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.793.447	1.721.817
1.01	Ativo Circulante	235.865	178.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.387	11.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	50.495	18.388
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	50.495	18.388
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	50.495	18.388
1.01.03	Contas a Receber	147.319	124.704
1.01.03.01	Clientes	98.504	89.760
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.815	34.944
1.01.04	Estoques	22.416	20.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.248	2.774
1.01.08.03	Outros	5.248	2.774
1.02	Ativo Não Circulante	1.557.582	1.543.777
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	498.343	493.660
1.02.01.03	Contas a Receber	6.409	7.335
1.02.01.03.01	Clientes	6.409	7.335
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	491.934	486.325
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	69.740	65.114
1.02.01.09.04	Ativo Fiscal Diferido	76.971	77.434
1.02.01.09.05	Ativos Municipalizados a Receber	345.223	343.777
1.02.02	Investimentos	304	304
1.02.02.01	Participações Societárias	304	304
1.02.03	Imobilizado	1.058.935	1.049.813
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	781.717	783.495
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	277.218	266.318

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.793.447	1.721.817
2.01	Passivo Circulante	125.634	103.153
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.884	25.380
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.556	4.843
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.328	20.537
2.01.02	Fornecedores	24.693	9.775
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.693	9.775
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.280	5.889
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.085	5.500
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.625	280
2.01.03.01.02	REFIS	7.411	3.049
2.01.03.01.03	COFINS	1.535	1.442
2.01.03.01.04	Outros	514	729
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	195	389
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.421	27.379
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.421	27.379
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	27.621	26.598
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	800	781
2.01.05	Outras Obrigações	11.662	14.740
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.922	8.654
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.922	8.654
2.01.05.02	Outros	2.740	6.086
2.01.05.02.04	Outros	2.740	6.086
2.01.06	Provisões	22.694	19.990
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.694	19.990
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	22.694	19.990
2.02	Passivo Não Circulante	674.793	614.926
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	188.752	181.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	188.752	181.322
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	185.265	177.541
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.487	3.781
2.02.02	Outras Obrigações	176.229	120.328
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	88.026	69.561
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	88.026	69.561
2.02.02.02	Outros	88.203	50.767
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	77.147	40.421
2.02.02.02.04	Receita Diferida	10.989	10.279
2.02.02.02.05	Outros	67	67
2.02.03	Tributos Diferidos	60.744	61.310
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.744	61.310
2.02.04	Provisões	249.068	251.966
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	249.068	251.966
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128	128
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.341	10.302
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	122.702	119.460

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	114.897	122.076
2.03	Patrimônio Líquido	993.020	1.003.738
2.03.01	Capital Social Realizado	824.467	824.467
2.03.02	Reservas de Capital	23.126	23.126
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23.126	23.126
2.03.03	Reservas de Reavaliação	117.914	119.014
2.03.04	Reservas de Lucros	37.131	37.131
2.03.04.01	Reserva Legal	2.684	2.684
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	34.447	34.447
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.618	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	144.713	265.305	120.592	242.182
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.918	-85.845	-42.927	-83.806
3.03	Resultado Bruto	101.795	179.460	77.665	158.376
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-120.297	-173.725	-53.428	-122.929
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.084	-14.616	-6.532	-13.063
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-78.545	-122.856	-44.311	-107.078
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.861	10.689	828	2.112
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43.529	-46.942	-3.413	-4.900
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.502	5.735	24.237	35.447
3.06	Resultado Financeiro	-11.414	-16.557	-5.143	-10.570
3.06.01	Receitas Financeiras	2.115	3.043	928	1.898
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.529	-19.600	-6.071	-12.468
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.916	-10.822	19.094	24.877
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.587	104	-5.483	-3.287
3.08.01	Corrente	7.756	0	-7.756	-9.380
3.08.02	Diferido	-2.169	104	2.273	6.093
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.329	-10.718	13.611	21.590
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-24.329	-10.718	13.611	21.590

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.482	28.898
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.599	17.623
6.01.01.01	Contas a Receber de Clientes	-10.881	-3.967
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo do Exercício	-10.718	21.590
6.01.03	Outros	72.081	11.275
6.01.03.01	Depreciações e Amortizações	18.894	15.618
6.01.03.02	Alienação do Imobilizado	7	136
6.01.03.03	Provisão para Contingências	-6.141	4.149
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	-104	-6.093
6.01.03.05	Estoques	-1.805	-1.066
6.01.03.06	Impostos a Recolher	42.116	5.116
6.01.03.07	Salários e Encargos	7.477	14.607
6.01.03.08	Contas a Pagar de Fornecedores	14.920	-3.241
6.01.03.09	Ativos Municipalizados a Receber	-1.446	-2.343
6.01.03.10	Depósitos Judiciais	-4.626	-10.221
6.01.03.11	Participação dos Administradores	0	-10.023
6.01.03.12	Partes Relacionadas	19.323	0
6.01.03.13	Outros	-16.534	4.636
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.129	-32.468
6.02.01	Adições do Imobilizado	-28.022	-36.198
6.02.02	Aplicações Financeiras	-32.107	3.730
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.470	6.514
6.03.01	Financiamentos Obtidos	14.740	6.861
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-6.270	-5.673
6.03.03	Adiantamentos para Aumento de Capital	0	5.326
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.177	2.944
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.563	10.532
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.386	13.476

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	824.467	23.126	37.131	0	119.014	1.003.738
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	824.467	23.126	37.131	0	119.014	1.003.738
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.718	0	-10.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.718	0	-10.718
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.100	-1.100	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.667	-1.667	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-567	567	0
5.07	Saldos Finais	824.467	23.126	37.131	-9.618	117.914	993.020

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	824.467	17.800	46.418	0	121.204	1.009.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	824.467	17.800	46.418	0	121.204	1.009.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.326	0	0	0	5.326
5.04.08	Créditos p/Aumento de Capital	0	5.326	0	0	0	5.326
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.590	0	21.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.590	0	21.590
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.201	-1.201	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-581	581	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.708	-1.708	0
5.06.04	Baixas de Ativos Reavaliados	0	0	0	74	-74	0
5.07	Saldos Finais	824.467	23.126	46.418	22.791	120.003	1.036.805

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	300.178	263.915
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	292.550	266.933
7.01.02	Outras Receitas	10.689	2.112
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	10.689	2.112
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.061	-5.130
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-102.029	-90.058
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.295	-24.630
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.621	-56.677
7.02.04	Outros	-5.113	-8.751
7.03	Valor Adicionado Bruto	198.149	173.857
7.04	Retenções	-18.894	-19.128
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.894	-19.128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	179.255	154.729
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.043	1.898
7.06.02	Receitas Financeiras	3.043	1.898
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	182.298	156.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	182.298	156.627
7.08.01	Pessoal	85.250	81.712
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.259	43.749
7.08.01.02	Benefícios	14.053	11.364
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.973	3.288
7.08.01.04	Outros	17.965	23.311
7.08.01.04.01	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	17.965	23.311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.064	40.858
7.08.02.01	Federais	77.714	40.561
7.08.02.02	Estaduais	348	296
7.08.02.03	Municipais	2	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.702	12.468
7.08.03.01	Juros	17.421	12.183
7.08.03.03	Outras	12.281	285
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	2.180	285
7.08.03.03.02	Multas e Acréscimos Moratórios	10.101	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.718	21.589
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.718	21.589

## Comentário do Desempenho

### 1- INTRODUÇÃO

No segundo trimestre de 2011, apesar das dificuldades econômico-financeiras de nosso estado e do país, a atual diretoria da CASAN envidou todos os esforços com o objetivo de sanear a Companhia e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida da população catarinense.

Além das obras de implantação/ampliação e melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vem implementando uma série de atividades visando o mercado competitivo.

### 2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

discriminação	Jun/11	Dez/10	incremento
Ligações de Água	675.326	667.584	7.742
Ligações de Esgoto	59.490	50.666	8.824
Economias de Água	911.592	898.579	13.013
Economias de Esgoto	167.557	143.515	24.042
Pop. Abast. c/Água	2.470.818	2.415.381	55.437
Índice de Abast. de Água (%)	98,18%	98,30%	-0,12%
Pop. Atendida c/Esgoto	450.944	394.112	56.832
Índice de Abast. de Esgoto (%)	17,90%	16,00%	1,90%
Localidades Abastecidas c/Água	330	323	7
Localidades Abastecidas c/Esgoto	23	22	1
Número de Empregados	2.056	2.059	(3)
Ligações ( A+E) Empregados	357	349	8
Desp. Pessoal/Receita operacional	34,19%	37,41%	-3,22%

### 3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a investir no 2º trimestre em infra-estrutura o montante de R\$ 28,0 milhões.

### 4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

#### ATIVO E PASSIVO

##### Ativo Circulante

O Ativo Circulante da CASAN apresentou um acréscimo de 32,4786% em relação a 31 de dezembro de 2010, decorrente da conta Aplicações Financeiras.

##### Permanente

O acréscimo verificado no ativo permanente da CASAN em relação a 31 de dezembro de 2010, decorre dos investimentos efetuados no trimestre, no valor global de R\$ 28,0 milhões, como mencionado anteriormente.

## Comentário do Desempenho

### Passivo Circulante

Houve um acréscimo de 21,7938% no passivo circulante da CASAN, em relação a 31 de dezembro de 2010, decorre da conta Fornecedores.

### Exigível a Longo Prazo

O acréscimo de 9,7356% verificado no exigível a longo prazo da CASAN, em relação a 31 de dezembro de 2010, decorre da conta Financiamentos.

## RESULTADO

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas no segundo trimestre de 2011 apresentaram um acréscimo de 11,8885% em comparação com igual período do ano anterior, decorre da conta Provisão para Devedores Duvidosos.

### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no segundo trimestre de 2011, apresentaram um acréscimo de 14,7350% ocasionado na conta Fundo para Programas Municipais e Recomposição de Pavimentação.

### Outras Despesas Operacionais

### Despesas de Operação e Manutenção

O acréscimo de 2,4330% nas despesas de operação e manutenção ocorrido no segundo trimestre de 2011, em relação ao mesmo período do ano anterior, decorreu da conta Serviços com Manutenção de Redes.

### Despesas Financeiras

O acréscimo de 57,2024% nas despesas financeiras do trimestre em comparação com o período do ano anterior, decorre das despesas com juros de financiamentos.

### Receitas Financeiras

O acréscimo de 60,3267% nas receitas financeiras do trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorre de ganhos com aplicações financeiras.

## Notas Explicativas

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos principais:

- Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina;
- Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- Fixar e arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional através de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional através de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- Captar, envasar e distribuir água potável e/ou mineral para sua comercialização no varejo e no atacado;
- Efetuar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica e
- Coletar, tratar e dar destinação final de resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002, a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que vinte e três municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a Companhia opera serviços de água e esgoto em 201 municípios (202 em 31 de dezembro de 2010) do Estado de Santa Catarina. Na quase totalidade desses municípios atua mediante contrato de concessão, a maioria destes com prazo de 30 anos de duração.

Em 18 de julho de 2007, a CASAN e a Prefeitura Municipal de Florianópolis celebraram um convênio de cooperação para gestão associada em saneamento básico, aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis em 25 de outubro de 2007, que tem como objeto o compartilhamento da titularidade para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Florianópolis. O presente convênio possui prazo de vigência de 20 anos e atribui à CASAN:

- Operar, manter e conservar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo ao município, suprimento adequado, eficiência, continuidade e permanência do serviço;
- Arrecadar, definir e revisar valores tarifários, pertinentes ao objetivo do referido convênio de cooperação, de acordo com a legislação vigente;
- Repassar, mensalmente, ao Fundo Municipal de Saneamento, os seguintes percentuais da arrecadação bruta mensal da Companhia no município: 5%, 4%, 3%, 2% e 1% durante os anos 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO

### a. Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas políticas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais em 08 de agosto de 2011.

### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais.

### c. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 12 - Ativo fiscal diferido.

Nota 13 - Imobilizado.

Nota 18 - Provisão para contingências.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

#### b. Instrumentos financeiros

##### b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

## Notas Explicativas

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Municipalizados, conforme nota explicativa nº11.

### b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

### b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

- c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

- d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinados é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados diretamente no resultado.

- e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

- f. Imobilizado

### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

## Notas Explicativas

A Companhia não adotou o valor justo como custo atribuído, assim não houve variação na despesa de depreciação, e dessa forma, nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

#### g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

##### Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

## Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a CGU ou grupo de CGUs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## Notas Explicativas

### h. Benefícios a empregados

#### Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

#### Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de demissão voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

## Notas Explicativas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão recolhidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

### k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

### l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

## Notas Explicativas

### m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### n. Impostos sobre receitas

Os impostos sobre as receitas são reconhecidas para PASEP e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

### o. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

## Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos freqüentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados a Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado.

q. Demonstração dos valores adicionados

A companhia elaborou a demonstração dos valores adicionados (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período de três meses encerrado em 30 de junho de 2011, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

## Notas Explicativas

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

### 4 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- d. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- e. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- f. Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia, e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

## Notas Explicativas

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	Jun/11		Dez/10	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	60.882	60.882	29.951	29.951
Contas a Receber (líquido PDD)	108.761	108.761	99.869	99.869
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(212.886)	(212.886)	(204.139)	(204.139)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(4.287)	(4.287)	(4.562)	(4.562)

Fatores de Risco:

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

## Notas Explicativas

### Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da mesma, o Real (R\$). As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

### Risco Operacional:

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Numa situação extrema, poderia haver risco de escassez de água. Se existir poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, apesar do racionamento de água existir, não é previsto para os próximos anos um novo programa de racionamento que venha impactar nas receitas da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## 5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

## Notas Explicativas

### Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

#### a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

#### b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia faz teste de impairment em ativos de vida longa útil, principalmente para o ativo Imobilizado, que incluem os bens tangíveis do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar e calcular o impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para impairment em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

#### c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, civis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº18. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

## Notas Explicativas

### d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido (receita) para aposentadoria incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são baseadas em parte de acordo com as condições do mercado corrente.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

## 6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o período de três meses findo em 30 de junho de 2011 são as seguintes:

	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Jun/2011 Total na demonstração de resultado</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	245.895	46.655	292.550
Deduções da receita bruta	<u>(22.900)</u>	<u>(4.345)</u>	<u>(27.245)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	222.995	42.310	265.305
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			<u>(68.466)</u>
Lucro bruto			196.839
Depreciação e amortização			(18.894)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(135.957)
Outras receitas operacionais líquidas			<u>(36.253)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			<u><u>5.735</u></u>

## Notas Explicativas

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Dez/2010 Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	462.185	76.459	538.644
Deduções da receita bruta	(42.566)	(7.042)	(49.608)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	419.619	69.417	489.036
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(125.714)
Lucro bruto			363.322
Depreciação e amortização			(39.010)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(274.641)
Outras despesas operacionais líquidas			(61.951)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			(12.280)

### Informações sobre os produtos e serviços;

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

## 7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Bens Numerários	1.477	882
Bancos conta movimento	562	2.576
Bancos conta arrecadação	8.129	8.013
Bancos conta vinculada	219	92
Aplicações financeiras de liquidez imediata	50.495	18.388
	<u>60.882</u>	<u>29.951</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

**Notas Explicativas****8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante		
Consumidores finais	75.653	68.985
Entidades públicas	25.922	24.665
Consumo a faturar	22.841	23.586
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	<u>(26.014)</u>	<u>(27.476)</u>
Total Circulante	98.402	89.760
Não circulante		
Consumidores finais	4.928	5.481
Entidades públicas	1.481	1.854
Créditos reconhecidos como perdas	74.762	69.966
(-) Perdas reconhecidas	<u>(74.762)</u>	<u>(69.966)</u>
Total Não circulante	6.409	7.335
	<u>104.811</u>	<u>97.095</u>

A seguir apresenta-se o contas a receber em 30 de junho de 2011, segregado pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	< 720 dias	Total
Comercial	10.446	2.588	961	2.246	8.410	24.651
Industrial	1.566	296	129	227	2.882	5.100
Pública	2.634	2.477	1.784	15.042	29.998	51.935
Residencial	43.383	12.655	3.051	8.499	33.472	101.060
Consumo a faturar	<u>22.841</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.841</u>
	<u>80.870</u>	<u>18.016</u>	<u>5.925</u>	<u>26.014</u>	<u>74.762</u>	<u>205.587</u>
PCLD	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.014)</u>	<u>(74.762)</u>	<u>(100.776)</u>
	<u>80.870</u>	<u>18.016</u>	<u>5.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.811</u>

O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº003 de 28 de março de 2011 da AGESAN - Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina e deliberação nº 001 de 15 de março de 2011 da ARIS- Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 5,41% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos a partir de 1º de maio de 2011.

**Notas Explicativas****9 ESTOQUES**

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Materiais em almoxarifado	21.221	19.814
Materiais em poder de terceiros	54	54
Outros	1.141	743
	<u>22.416</u>	<u>20.611</u>

**10 OUTROS**

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamentos a fornecedores	3.639	3.365
Convênios com prefeituras	14.106	13.295
Adiantamentos a empregados	2.486	372
Cauções	645	645
Pagamentos reembolsáveis	1.331	3.173
Impostos a recuperar	25.705	12.862
Outros créditos	903	1.232
	<u>48.815</u>	<u>34.944</u>

Os Convênios com Prefeituras referem-se, substancialmente, a recursos repassados aos municípios, por meio de convênio de parcerização para a manutenção e preservação de mananciais, repavimentação, gestão dos serviços públicos de abastecimento de água, de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Estes repasses são realizados a medida que esses municípios prestam contas a CASAN, sendo que, caso esses recursos não sejam utilizados são devolvidos a Companhia mediante depósito em conta corrente.

**11 ATIVOS MUNICIPALIZADOS A RECEBER**

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

## Notas Explicativas

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias, pelos investimentos feitos, contra esses municípios. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 30 de junho de 2011
Tubarão	17.000
Camboriú	7.000
Navegantes	6.000
Içara	15.000
Balneário Camboriú	40.000
Barra Velha (Operando por determinação judicial)	5.000
Itajaí	30.000
Joinville	135.000
Papanduvas	800
Timbó	5.000
Itapema	Em perícia
Lages	110.000
	370.800

A CASAN está procedendo levantamento dos ativos nos municípios de Palhoça, Guaramirim, São João Batista, Ilhota, Fraiburgo, Garopaba, Itapoá e Sombrio, para posterior ingresso na justiça pleiteando as respectivas indenizações.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativos municipalizados a receber".

## Notas Explicativas

Em 30 de junho 2011, o valor residual dos referidos investimentos, o qual a Companhia discute judicialmente a forma de ressarcimento, é como segue:

	Custo reavaliado	Depreciação acumulada	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Sistema de água	286.273	(66.316)	219.957	218.537
Sistema de esgoto	146.896	(24.806)	122.090	122.072
Bens de uso geral	6.256	(3.080)	3.176	3.168
	<u>439.425</u>	<u>(94.202)</u>	<u>345.223</u>	<u>343.777</u>

## 12 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de junho de 2011 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de			30 de	31 de
	Cálculo	IRPJ	CSLL	junho de 2011 Total	dezembro de 2010 Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.014	6.504	2.340	8.844	9.342
Programa de demissão incentivada	74.006	18.501	6.661	25.162	23.040
Provisão para contingências cíveis	114.897	28.724	10.341	39.065	41.506
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências trabalhistas	11.341	2.835	1.021	3.856	3.502
	<u>226.386</u>	<u>56.596</u>	<u>20.375</u>	<u>76.971</u>	<u>77.434</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>76.971</u>	<u>77.434</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

**Notas Explicativas****13 IMOBILIZADO**

	Taxas médias Ponderadas depreciação	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Jun/11	Valor residual Dez/10
<u>Em operação:</u>					
Sistema de água	4,16%	658.238	(227.043)	431.195	429.696
Sistema de esgoto	3,99%	465.865	(142.161)	323.704	325.862
Bens de uso geral	7,91%	70.917	(44.099)	26.818	27.937
		1.195.020	(413.303)	781.717	783.495
<u>Em andamento:</u>					
Sistema de água		58.699	-	58.699	61.202
Sistema de esgoto		210.047	-	210.047	197.360
Estoques de obras		6.900	-	6.900	6.190
Outros		1.572	-	1.572	1.566
		277.218	-	277.218	266.318
		1.472.238	(413.303)	1.058.935	1.049.813

Em 1996, a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	Jun/2011	Dez/2010
Saldo da reavaliação	178.658	180.324
Tributos sobre a reavaliação	(60.744)	(61.310)
Saldo da reserva de reavaliação	117.914	119.014

**Notas Explicativas****14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>Passivo circulante</u>		<u>Passivo não Circulante</u>		Encargos anuais ponderados
	<u>Jun/11</u>	<u>Dez/10</u>	<u>Jun/11</u>	<u>Dez/10</u>	
<u>Operações no exterior:</u>					
Kreditanstalt Wiederaufbau KFW	<u>800</u>	<u>781</u>	<u>3.487</u>	<u>3.781</u>	4,5%+ var.cambial
	800	781	3.487	3.781	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal - CEF	<u>27.621</u>	<u>26.598</u>	<u>30.926</u>	<u>37.339</u>	9,87% + TR
Banco PROSPER	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.339</u>	<u>140.202</u>	IPCA 12% a.a.
	27.621	26.598	185.265	177.541	
	<u>28.421</u>	<u>27.379</u>	<u>188.752</u>	<u>181.322</u>	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 2.2667 em 30 de junho de 2011 (R\$ 2.2130 em 31 de dezembro de 2010);

b) Em 30 de junho de 2011 não existem contratos de empréstimos sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2010).

c) Em 30 de junho de 2011, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2023;

d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	<u>Jun/11</u>	<u>Dez/10</u>
Em 2012	<u>17.976</u>	<u>43.362</u>
Após 2012	<u>170.776</u>	<u>137.960</u>
	<u>188.752</u>	<u>181.322</u>

**Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW**

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

## Notas Explicativas

### Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
1990	2012 a 2020	2.019	2.318
1991	2009 a 2020	17.601	19.417
1994	2019	433	477
1996	2009 a 2016	16.948	18.551
1997	2014	2.262	2.455
1998	2009 a 2015	19.284	20.749
		<u>58.547</u>	<u>63.937</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

### BNDES

Em julho de 2008, a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$ 150.475, sendo liberado até 30 de setembro de 2010 o valor de R\$ 69.591, o qual será amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2023 com juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia obriga-se a ceder fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e ao recebimento de eventual indenização, que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para assunção de obrigações assumidas pela Companhia junto ao referido banco, com a interveniência do Estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, a Companhia ressarcirá o Estado de Santa Catarina de todos os valores relativos a assunção das obrigações, conforme nota explicativa 20.

### Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 2 anos e prazo total de 7 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

## Notas Explicativas

### Operações Financeiras contratadas para desembolsos futuros

#### JICA - Japan International Cooperation Agency

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimos com o Banco JICA - Japan International Cooperation Agency, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento será no total de R\$ 383.594, sendo R\$273.055 do Banco JICA e R\$ 110.539 como contrapartida da CASAN.

#### CEF - Caixa Econômica Federal

Em 24 de março de 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 25.843, com carência de 31 meses para pagamento em 24 meses, remunerado à taxa de 6% (seis por cento) ao ano. O objeto do referido contrato é custear os investimentos da Companhia no desenvolvimento da rede de esgoto sanitário para o município de Laguna.

## 15 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Circulante:</u>		
Provisão para férias com encargos	18.516	12.556
INSS	3.008	2.704
FGTS	699	900
Indenizações Trabalhistas	1.083	4.377
Plano de saúde e previdência	1.462	1.070
Vale alimentação	92	1.484
Outros	2.024	2.289
	<u>26.884</u>	<u>25.380</u>

**Notas Explicativas****16 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Circulante:</u>		
. REFIS	7.411	3.049
. COFINS	1.535	1.442
. PIS/PASEP	238	217
. Imposto de renda - retenções	34	77
. Imposto de renda sobre lucro líquido	1.169	202
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	73	240
. Contribuição social sobre lucro líquido	456	78
. Outros	364	584
Total circulante	<u>11.280</u>	<u>5.889</u>
<u>Não circulante:</u>		
. REFIS	<u>72.622</u>	<u>40.421</u>

Em 18 de abril de 2000, a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, através do qual lhes foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. O débito está sendo pago em parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 1,2% da receita bruta mensal, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, as quais estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. Como garantia a este parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

## Notas Explicativas

Em 27 de maio de 2009, foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009, a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	<u>6.722</u>	<u>4.698</u>	<u>11.420</u>
	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

### 17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 60.744 em 30 de junho de 2011 (R\$ 61.310 em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na nota explicativa nº13.

### 18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>30 de Junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Provisão para contingências cíveis	114.897	122.076
Provisão para contingências fiscais	128	128
Provisão para contingências trabalhistas	<u>11.341</u>	<u>10.302</u>
	126.366	132.506
Depósitos judiciais	<u>(69.740)</u>	<u>(65.114)</u>
Insuficiência da cobertura	<u>56.626</u>	<u>67.392</u>

#### a) Contingências cíveis

## Notas Explicativas

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisionamento do valor de R\$114.897 em 30 de junho de 2011 (R\$122.076 em 31 de dezembro de 2010).

b) Contingências fiscais

Refere-se a ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 128 em 30 de junho de 2011(idem em 31 de dezembro de 2010).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 11.341 em 30 de junho de 2011 (R\$ 10.302 em 31 de dezembro de 2010) em face de eventuais perdas nesses processos.

## 19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possui contabilizado a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV o montante de R\$69.955 (idem em 31 de dezembro de 2010), conforme calculo atuarial efetuado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora:

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

## Notas Explicativas

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicadas sobre o Salário de Contribuição, conforme item 4.3 abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

### Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

### Extinção do PAD e constituição do CASANPREV

Os empregados da CASAN, por meio da Fundação Casan - FUCAS, possuíam um Plano de Auxílio Desemprego - PAD onde a contribuição de custeio era no percentual de 3,409 sobre a folha de pagamento bruta, com encargos sociais, pagos mensalmente pela CASAN por força de acordo trabalhista (ACT 1993/1994).

Por orientação do TCE/SC e da própria CPI da ALESC, cessaram-se tais repasses, por entender que o PAD é um plano complementar de aposentadoria, o que, por força da Constituição Federal, exige a contribuição paritária do beneficiário e do instituidor, o que não havia na hipótese.

O TCE/SC apontou irregularidade do PAD ao entender que, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109 em 2001, que por sua vez revogaram a Lei Federal nº 6.435/77, novamente perdeu a FUCAS de se adaptar a legalidade, insistindo no modelo assistencial, permanecendo, destarte, juridicamente de forma irregular, conforme bem demonstrado pelo Parecer COG-3350/2004 do Tribunal de Contas do Estado.

Mais adiante, o TCE/SC, através do parecer acima citado, exarado em 27 de outubro de 2004, registra que ficam as sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina proibidas de efetuar repasses de recursos de qualquer natureza a associações de empregados ou entidades similares que não sejam entidades fechadas de previdência complementar.

Em face das irregularidades da FUCAS e do PAD, as entidades fiscalizadoras da CASAN passaram a determinar a sustação dos respectivos repasses porque ilegais.

## Notas Explicativas

A Empresa, cumprindo seu poder/dever de rever seus atos, suspendeu os repasses ao citado programa no percentual (inicial) dos reflexos de 4% sobre a folha de pagamento para custeio do PAD, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina e da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (após a CPI da CASAN), e em estrita observância aos princípios da administração pública.

A matéria foi levada ao conhecimento da Justiça Estadual em ação proposta pela FUCAS contra a CASAN, para que esta mantivesse os repasses suspensos, cuja decisão reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido.

Sendo assim, tendo em vista a ilegalidade de todos os atos praticados na instituição do PAD, não há como prosperar em face da sua evidente nulidade.

Outro ponto que merece importante destaque é o endividamento da CASAN para com a FUCAS. De acordo com o relatório da CPI, a CASAN pegou dinheiro emprestado dela mesma, pois os valores que lhe foram emprestados pela FUCAS eram provenientes do PAD.

Ou seja, pelo entendimento da CPI, a CASAN pegou emprestado da FUCAS o dinheiro que Téo ricamente teria que repassar, ou repassou, para o fundo por ela administrado, no percentual de 4% da folha salarial da Companhia.

Essa tese não foi confirmada em juízo.

Observando a decisão judicial nº 023.05.045877-1, exarada em 31 de julho de 2006 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que qualificou a ilegalidade da FUCAS em gerir o PAD, o Conselho de Administração da CASAN, reunido no dia 29 de janeiro de 2007, deliberou sobre a criação da CASANPREV, entidade fechada de previdência complementar, que terá como finalidade a complementação previdenciária aos empregados ativos da Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuirá com parcelas mensais limitadas a 4,6% sobre as remunerações fixas da folha de pagamento bruta, com paridade de contribuição por parte dos empregados optantes. A entidade manterá, a princípio, as regras definidas no extinto Programa de Auxílio Desemprego - PAD, por meio de um plano de benefício definido - BD.

Assim, em 31 de dezembro de 2006, a Administração considerando a exigência legal do novo plano de previdência ter contribuição paritária, reverteu para o resultado do exercício o montante de R\$ 15.183, reconhecidos na rubrica de outras receitas operacionais, referente aos valores provisionados a título de contribuição exclusivamente patronal para o PAD relativo ao período de 2003 a 2006. Bem como reclassificou para o passivo não circulante o déficit atuarial do PAD no valor de R\$ 62.018 e o montante de R\$ 43.574 referente ao empréstimo junto a FUCAS, que serão utilizados em reversões e ajustes que se fizerem necessários em exercícios futuros, como também nos ajustes dos prazos dos planos de demissão incentivada, com vistas a adequar os períodos de concessão dos benefícios e as carências exigidas pela Lei.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

## Notas Explicativas

Em 26 de abril de 2007, foi assinado pela CASAN e todos os Sindicatos representativos Termo de Acordo Coletivo de Trabalho, registrado na DRT sob processo nº 2426/0799, cujo objeto destaca-se: “Considerando a impossibilidade da FUCAS - Fundação CASAN continuar administrando o programa PAD e a necessidade dos seus instituidores ora acordantes adequarem o plano a legislação da previdência complementar vigente, tem por objeto o presente termo o ajuste da transferência de todo o ativo e passivo (conforme registros no balanço da FUCAS), vinculado ao PAD e sob administração da FUCAS (instituído pela cláusula 21ª do Acordo Coletivo de Trabalho 1993/1994), para a CASANPREV, fundo de previdência complementar fechada instituída pela CASAN em 29/01/2007, em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001”.

Em 01 de setembro de 2007, foi expedido um mandado de penhora e intimação (auto nº 023.05.002648-0), relativo ao processo de execução judicial em prol da FUCAS, o valor indicado pela justiça é de R\$ 87.040, e no balanço da Companhia é de R\$ 43.574, apesar das ações de contestação promovidas pela CASAN, a Diretoria Executiva resolveu assumir uma postura conservadora e acatar a orientação da CVM determinando que o valor corrigido equitativamente ao valor indicado pela demanda judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2007 foi registrado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” no passivo Exigível a Longo Prazo o valor de R\$ 43.465 relativo à atualização acima citada.

Em 18 de dezembro de 2007, a Diretoria Executiva da CASAN em ato homologado pelo Conselho de Administração, decidiu pela revogação da Resolução nº 700 de 30 de setembro de 1997, provocando reversão de R\$ 62.019 registrado no passivo não circulante. Esta decisão foi tomada considerando que o valor do déficit atuarial do plano de previdência (R\$ 69.644), levantado pela empresa DATA-A, está contemplado no atual valor provisionado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” (R\$ 87.040).

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União - seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

## Notas Explicativas

### Situação processual das principais ações relacionadas ao PAD nas quais litigam CASAN e FUCAS:

#### 1. Ação Declaratória n° 023.05.045877-1

A CASAN parou de fazer os repasses do PAD. Essa ação visa à cobrança dos valores não repassados pela CASAN ao PAD. O TJSC julgou improcedente o pedido da FUCAS, porquanto o PAD fora constituído com recursos oriundos exclusivamente da Companhia, não havendo a contribuição paritária, exigida pela Constituição Federal para validade do plano. Foram admitidos os Recursos Especiais e Extraordinários manejados pela FUCAS, que estão aguardando julgamento. A causa foi valorada em R\$100, para efeitos fiscais, não se podendo precisar o valor real em discussão sem cálculo discriminado.

#### 2. Ação Civil Pública n° 023.07.092618-5

Tem por objetivo alterar/adequar o Estatuto da Fundação e os seus órgãos diretivos. A CASAN não concorda com o mérito da Ação, porquanto entende ser legal a finalidade de assistência a um grupo determinado de empregados, e como não é possível a mudança de finalidade da fundação, então o caso seria de extinção da FUCAS, com o retorno dos valores à CASAN. O Juízo de primeiro grau concluiu que é incabível a modificação da finalidade da FUCAS, e acolheu o argumento de sua extinção. Encontra-se no TJSC para análise e julgamento pela 3ª Câmara de Direito Público.

Os valores noticiados pela FUCAS alcançam o montante de R\$60.414.

O valor acima mencionado é decorrente de contratos, acordos, ajustes e documentos contábeis relacionados em estudo realizado pela FUCAS, e presente às fls. 463-686 dos autos. Porém, não se trata do valor discutido na ação, por se tratar de Ação Civil Pública que visa apenas a alteração do estatuto da Fundação.

#### 3. Ação Trabalhista n° 08088-2007-026-12-00-0

A APCASAN ingressa em juízo pleiteando a nulidade da alteração do estatuto da FUCAS, e a reintegração dos associados ao quadro associativo e usufruto dos supostos direitos, sendo julgada procedente. Sem recurso, busca-se a citação da FUCAS para dar início à fase de execução. Em juízo de conciliação, foi marcada audiência onde foi requerido pelos Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho, a inclusão na CASAN no pólo passivo e sua responsabilização quanto à indenização a ser fixada, o que foi deferido, incluindo a CASAN como 2º executado (responsável solidário), determinando, ainda, que por ora a execução prossiga somente com relação à CASAN.

Ao receber a intimação, mesmo sem ter participado da audiência, a CASAN ingressa com Agravo de Petição. Apreciado pelo TRT da 12ª Região, reformou-se a decisão originária, sob o entendimento de violação dos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, declarando-se a nulidade da decisão relativamente à inclusão da CASAN e a determinação do prosseguimento da execução contra ela. O montante da Execução contra a FUCAS ultrapassa R\$1.000.

#### 4. Execução n° 023.05.002648-0 (Embargos à Execução 023.05.031122-3)

Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida contra a CASAN, requerendo o pagamento do empréstimo de valores concedido pela FUCAS. O TJSC determinou a penhora de R\$1.000 mensais dos cofres da empresa.

## Notas Explicativas

Opostos Embargos à Execução, foram julgados improcedentes no juízo originário, condenando a CASAN em despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$500. Foi apresentado recurso de apelação pelas duas partes.

A FUCAS insurgiu-se contra o decidido sobre a verba honorária, sustentando a possibilidade de cumulação com aquela fixada na execução. Por sua vez, a CASAN reiterou, na Apelação, todos os argumentos já levantados em sede de embargos, reforçando, em preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento de defesa decorrente do indevido julgamento antecipado da lide. Requereu, ao final, o acolhimento da preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, com o retorno dos autos à origem para a produção da prova requerida, bem como, no mérito, na hipótese de não acolhimento da preliminar, a reforma da sentença para o fim de serem julgados procedentes os pedidos dos embargos, declarando-se extinta a execução em razão da sua flagrante nulidade.

A 3ª Câmara de Direito Civil do TJSC, negou provimento à apelação interposta pela CASAN, e deu provimento à apelação da FUCAS para majorar a verba anteriormente arbitrada para R\$3.500. Desse julgamento, a CASAN opôs embargos de declaração com efeitos infringente, ou seja, modificativos, que aguarda julgamento.

Não existem cálculos atuais nos autos sobre o montante real dos valores discutidos nessa ação. Porém, e apenas no intuito de situar a discussão e demonstrar sua relevância, o valor aproximado gira em torno de R\$ 150.000. Os valores noticiados e/ou atualizados pela FUCAS alcançam o montante de R\$ 242.301.

Vale lembrar, que o valor acima é o resultado da incidência de atualização e juros de mora do empréstimo originário de R\$ 14.000.

### 5. Ação Ordinária n° 023.08.077422-1

É a ação que visa a transferência do PAD. Ação ingressada pela CASAN com o fito de romper o "convênio de adesão" firmado entre as partes em 12 de janeiro de 1994, e transferir o PAD - Plano de Auxílio Desemprego e todos os recursos financeiros vinculados ao plano, para a CASAN ou para a CASANPREV.

Sustenta-se que é possível a ruptura do convênio firmado com a FUCAS, pois criado para beneficiar os empregados da Companhia e apenas administrado pela fundação. Enfatiza que recentemente foi criada entidade com a finalidade previdenciária - CASANPREV, a qual necessita do dinheiro que está retido pela FUCAS.

A medida liminar de antecipação de tutela, requerida pela CASAN, foi indeferida no Juízo de origem, o que motivou o ingresso de Agravo de Instrumento (2009.002823-2). Por maioria, a 3ª Câmara Cível do TJSC desproveu tal recurso, mantendo a decisão de não concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Atacada por Embargos Declaratórios aguarda-se apreciação e no TJSC. Os valores noticiados pela FUCAS alcançam a importância de R\$ 28.981.

**Notas Explicativas**

## b) Plano de demissão voluntária incentivada - PDVI

Descrição	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização única	1.436	1.730
PDVI com indenização mensal	<u>21.258</u>	<u>18.260</u>
	22.694	19.990
<u>Não circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	<u>52.747</u>	<u>49.505</u>
	52.747	49.505
	<u><u>75.441</u></u>	<u><u>69.495</u></u>

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

## a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Para os empregados com idade entre 50 a 58 anos incompletos na data da adesão, com mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se de pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 65% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como, a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

## b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Para os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

## Notas Explicativas

### Sobre o programa

	30 de Junho de 2011 <u>(Não auditado)</u>	31 de dezembro de 2010 <u>(Não auditado)</u>
Inscritos	813	813
Processo em tramitação	4	6
Rescisões para datas futuras	96	116
Demissões com PDVI	499	477
Demissões sem PDVI	45	45
Indeferimento de pedidos	55	55
Desistência do empregado	114	114
Número de empregados	2.056	2.059
Público alvo PDVI (= < 50 anos)	581 28%	574 28%

Com o novo plano de aposentadoria aprovado na Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (SPC), a Diretoria Executiva da CASAN prevê o aumento das adesões dos empregados ao PDVI.

## 20 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e com mais dois de seus acionistas, sendo esses a CELESC e a CODESC.

**Notas Explicativas**

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
<u>Circulante:</u>		
CELESC	84	1
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	5.047	2.670
CODESC	<u>117</u>	<u>103</u>
Total de contas a receber dos acionistas	<u><u>5.248</u></u>	<u><u>2.774</u></u>

Contas a pagar a fornecedores

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
<u>Circulante :</u>		
CELESC	4.134	3.890
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	<u>3.364</u>	<u>3.364</u>
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u><u>7.498</u></u>	<u><u>7.254</u></u>

Empréstimos a pagar a acionista

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	1.424	1.400
<u>Não circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	<u>88.026</u>	<u>69.561</u>
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u><u>89.450</u></u>	<u><u>70.961</u></u>

**Notas Explicativas**Resultado das operações

	<u>Jun/11</u>	<u>Dez/10</u>
Receita bruta de serviços prestados	6.586	15.958
Custos e despesas	22.692	42.332
Juros de empréstimo com acionista	1.424	1.400

**21 RECEITA DIFERIDA**

O montante de R\$ 10.989 em 30 de junho de 2011 (R\$10.279 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem realizadas nas localidades do Maciço do Morro da Cruz, Campeche, Videira e São Miguel do Oeste.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

**22 PATRIMONIO LIQUIDO**Capital Social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2011 está representado por 702.559.220 ações (idem em 31 de dezembro de 2010), sendo 351.279.610 (idem em 30 de dezembro de 2010) ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 351.279.610 (idem em 31 de dezembro de 2010), preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal sendo assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos e dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Jun/11 e Dez/10</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	215.146.241	231.453.729
SC Parcerias S.A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	7.929	9.237
	<u>351.279.610</u>	<u>351.279.610</u>

**Notas Explicativas****23 RECEITA OPERACIONAL**

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 estão apresentadas abaixo:

	<u>Jun/11</u>	<u>Jun/10</u>
Tarifas de água	236.404	220.554
Tarifas de esgoto	46.633	37.434
Outras receitas de serviços de água e esgoto	<u>9.513</u>	<u>8.945</u>
Total do faturamento	292.550	266.933
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(27.245)</u>	<u>(24.751)</u>
Total receita líquida	<u><u>265.305</u></u>	<u><u>242.182</u></u>

**24 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

A variação verificada no resultado financeiro de 30 de junho de 2011, em relação a igual período de 2010 é assim apresentada:

	<u>Jun/11</u>	<u>Jun/10</u>
<u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	25	88
Juros ativos	721	337
Rendimento de aplicações financeiras	1.954	466
Variações monetárias e cambiais	343	998
Outras	<u>-</u>	<u>9</u>
	3.043	1.898
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.421)	(12.183)
Variações monetárias e cambiais	<u>(2.179)</u>	<u>(285)</u>
	(19.600)	(12.468)
Resultado financeiro líquido	<u><u>(16.557)</u></u>	<u><u>(10.570)</u></u>

## Notas Explicativas

### 25 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de junho de 2011, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal a disposição de outros órgãos e as despesas operacionais são compostas substancialmente pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 19 e 18, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	<u>Jun/11</u>	<u>Jun/10</u>
<u>Outras receitas operacionais:</u>		
. Pessoal a disposição	1.031	1.201
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.332	182
. Comissão prestação de serviços/convênios	28	10
. Recuperação de causas trabalhistas	60	616
. Recuperação de causas cíveis	7.179	-
. Outras	1.059	103
	<u>10.689</u>	<u>2.112</u>
<u>Outras despesas operacionais:</u>		
. Outros	(7)	(136)
. Fiscais e tributárias	(45.896)	-
. Causas cíveis	-	(4.071)
. Causas Trabalhistas	(1.039)	(693)
	<u>(46.942)</u>	<u>(4.900)</u>
	<u>(36.253)</u>	<u>(2.788)</u>

### 26 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possui seguros contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com coberturas no montante de R\$6.513.

As premissas adotadas para as coberturas de riscos, por meio de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 27 CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

#### a) Prestação de serviços públicos de esgoto e abastecimento de água

A prestação dos serviços públicos de esgoto e abastecimento de água realizada pela Companhia depende de concessões outorgadas pelos governos municipais. Integram os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário todos os bens e direitos existentes desde a assinatura convênio, bem como, aqueles adquiridos ou construídos durante a sua vigência; no caso de extinção do presente contrato, os bens serão vertidos ao poder concedente mediante decisão judicial.

Segue relação dos municípios que possuem contratos vigentes com a CASAN e os montantes correspondentes aos bens objetos da concessão:

	Início	Término	Jun/11
Abelardo Luz	21/09/2007	21/09/2027	1.514
Agrolândia	28/10/2009	28/10/2039	1.396
Agronômica	06/08/2010	06/08/2040	298
Água Doce	10/01/2008	10/01/2023	825
Águas de Chapecó	02/05/2006	02/05/2016	43
Águas Frias	20/12/1993	20/12/2023	49
Aguas Mornas	23/08/1983	23/08/2013	437
Alfredo Wagner	17/07/2008	17/07/2028	835
Anchieta	02/04/2002	02/04/2032	722
Angelina	14/09/2009	14/09/2039	197
Anita Garibaldi	26/05/2006	26/05/2016	1.056
Antônio Carlos	01/02/2008	01/02/2023	1.629
Apiuna	16/11/1992	16/11/2022	1.874
Araquari	15/04/2010	15/04/2040	1.640
Armazém	21/08/2009	21/08/2024	727
Arroio Trinta	29/06/2006	29/06/2031	660
Ascurra	16/11/2004	16/11/2034	3.440
Atalanta	30/07/1983	30/07/2013	301
Aurora	17/07/2008	17/07/2028	215
Balneário Barra do Sul	29/07/1994	29/07/2024	3.651
Bandeirante	13/12/2006	13/12/2036	291
Barra Bonita	Em negociação	-	95
Bela Vista do Toldo	01/03/2005	01/03/2035	252
Belmonte	01/07/1998	01/07/2028	13
Benedito Novo	29/01/2006	29/01/2036	1.314
Biguaçu	14/10/2009	14/10/2034	5.044

**Notas Explicativas**

Bocaina do Sul	Em negociação	-	403
Bom Jardim da Serra	25/04/2006	25/04/2016	362
Bom Jesus do Oeste	Em negociação	-	69
Bom Retiro	Em negociação	-	1.322
Bombinhas	08/04/1994	08/04/2024	3.931
Botuverá	01/04/2010	01/04/2020	209
Braço do Norte	26/05/2004	26/05/2019	5.665
Caçador	04/07/2008	04/07/2012	9.598
Caibi	04/08/1999	04/08/2029	1.991
Calmon	Em negociação	-	332
Campo Belo do Sul	Em negociação	-	517
Campo Erê	Em negociação	-	1.919
Canoinhas	22/07/2004	22/07/2019	8.593
Capão Alto	Em negociação	-	163
Catanduvás	24/05/2010	24/05/2030	4.539
Caxambu do Sul	26/11/2009	26/11/2029	429
Celso Ramos	17/07/2009	17/07/2039	221
Cerro Negro	Em negociação	-	122
Chapadão do Lageado	14/04/2004	14/04/2024	17
Chapecó	08/12/2007	08/12/2027	117.924
Concórdia	27/12/2000	27/12/2020	11.173
Coronel Freitas	13/12/2006	13/12/2036	972
Coronel Martins	06/04/2000	06/04/2030	237
Correia Pinto	28/11/1984	28/11/2014	2.405
Criciúma	09/05/2007	09/05/2022	62.288
Cunha Porã	Em negociação	-	930
Cunhataí	03/01/2000	03/01/2030	364
Curitibanos	05/05/2000	05/05/2020	11.420
Descanso	26/04/2010	26/04/2040	871
Dionísio Cerqueira	04/09/2007	04/09/2037	5.054
Dona Emma	Em negociação	-	386
Doutor Pedrinho	03/09/1991	03/09/2021	693
Ermo	Em negociação	-	102
Erval Velho	15/10/1999	15/10/2029	649
Faxinal dos Guedes	25/03/2002	25/03/2032	3.578
Florianópolis	18/07/2007	18/07/2027	480.130
Formosa do Sul	01/04/1996	01/04/2026	401
Forquilha	10/06/1992	10/06/2022	187
Galvão	Em negociação	-	526

**Notas Explicativas**

Garopaba	26/05/2009	26/05/2024	3.431
Garuva	Em negociação	-	581
Gravatal	25/03/1983	25/03/2013	7.782
Guabiruba	01/04/2008	01/04/2018	2.396
Guaraciaba	13/12/2006	13/12/2026	897
Guarujá do Sul	13/12/2006	13/12/2036	482
Guatambu	10/07/1998	10/07/2028	24
Ibiam	13/12/2006	13/12/2036	151
Ibicaré	13/12/2006	13/12/2036	393
Ibirama	23/05/2006	23/05/2036	4.533
Ilhota	Em negociação	-	1.712
Imbituba	17/08/2006	17/08/2011	17.622
Imbuia	Em negociação	-	813
Indaial	29/01/2004	29/01/2019	10.637
Iomerê	27/09/1999	27/09/2029	219
Ipira	Em negociação	-	567
Iporã do Oeste	18/06/2008	18/06/2038	858
Ipuaçú	18/07/1994	18/07/2024	345
Ipumirim	Em negociação	-	411
Iraceminha	13/12/2006	13/12/2036	328
Irani	25/06/2010	25/06/2025	656
Irineópolis	17/07/2008	17/07/2038	563
Itá	Em negociação	-	251
Itaiópolis	19/11/2004	19/11/2019	1.776
Ituporanga	13/06/2008	13/06/2028	2.469
Jaborá	05/03/2010	05/03/2025	489
Jardinópolis	14/08/2000	14/08/2030	296
José Boiteux	18/04/2005	18/04/2035	488
Jupia	27/05/1998	27/05/2028	65
Lacerdópolis	Em negociação	-	306
Laguna	23/03/2008	23/03/2018	9.407
Laurentino	27/10/2004	27/10/2034	622
Lauro Muller	11/10/1984	11/10/2014	2.608
Lebon Regis	17/07/2005	17/07/2020	946
Leoberto Leal	09/03/2006	09/03/2036	143
Lindoia do Sul	31/12/1992	31/12/2022	379
Lontras	Em negociação	-	2.285
Luiz Alves	Em negociação	-	795
Macleira	01/10/1998	01/10/2028	32

**Notas Explicativas**

Mafra	10/08/2007	10/08/2019	10.124
Major Gercino	Em negociação	-	408
Major Vieira	Em negociação	-	495
Maracajá	Em negociação	-	430
Maravilha	12/01/2006	11/01/2021	3.804
Marema	13/12/2006	13/12/2036	163
Matos Costa	Em negociação	-	181
Matriz e Regionais	Em negociação	-	46.313
Mirim Doce	Em negociação	-	409
Modelo	26/11/2007	26/11/2022	586
Mondai	20/02/2008	20/02/2028	1.272
Monte Castelo	Em negociação	-	1.005
Morro daFumaça	13/05/2008	13/05/2028	4.019
Nova Erechim	Em negociação	-	523
Nova Veneza	20/02/2008	20/02/2023	1.948
Novo Horizonte	17/03/1994	17/03/2024	152
Otacílio Costa	05/12/1985	05/12/2015	2.430
Ouro Verde	04/04/1994	04/04/2024	235
Painel	Em negociação	-	240
Palma Sola	12/08/2004	12/08/2034	772
Palmeira	Em negociação	-	222
Palmitos	05/08/1999	05/08/2029	1.678
Paraiso	Em negociação	-	127
Passo de Torres	04/04/2000	04/04/2030	2.405
Passos Maia	13/12/2006	12/12/2036	149
Paulo Lopes	13/06/1994	13/06/2024	155
Penha	12/04/2000	12/04/2030	5.692
Peritiba	13/12/2006	13/12/2036	504
Petrolândia	18/11/2005	18/11/2035	441
Piçarras	23/07/2004	23/07/2024	6.093
Pinhalzinho	01/06/2009	01/06/2024	2.526
Pinheiro Preto	14/12/2000	14/12/2030	415
Piratuba	31/10/2007	31/10/2027	393
Ponte Alta	25/04/2005	02/04/2035	973
Ponte Alta do Norte	Em negociação	-	410
Ponte Serrada	13/12/2006	13/12/2036	2.384
Porto União	07/01/1993	07/01/2023	130
Pouso Redondo	17/12/2004	17/12/2034	1.625
Praia Grande	Em negociação	-	1.081

**Notas Explicativas**

Presidente Castelo Branco	19/09/2008	19/09/2023	310
Presidente Nereu	17/01/1994	17/01/2024	474
Princesa	10/12/2007	10/12/2017	181
Quilombo	13/12/2006	13/12/2036	1.149
Rancho Queimado	30/05/2008	30/05/2028	479
Rio das Antas	13/12/2006	13/12/2036	741
Rio do Campo	17/12/2004	17/12/2034	780
Rio do Oeste	10/11/2004	10/11/2034	889
Rio do Sul	14/04/2008	14/04/2028	15.242
Rio dos Cedros	06/12/2002	06/12/2022	1.126
Rio Fortuna	21/08/2009	21/08/2029	646
Riqueza	Em negociação	-	518
Rodeio	14/08/2006	14/08/2021	1.196
Romelândia	13/12/2006	13/12/2036	536
Salete	14/09/2009	14/09/2039	1.003
Saltinho	13/12/2006	13/12/2036	166
Salto Veloso	18/06/2008	18/06/2023	722
Santa Cecília	15/03/2006	15/03/2036	1.691
Santa Rosa de Lima	14/10/1983	14/10/2013	154
Santa Terezinha	Em negociação	-	414
Santo Amaro da Imperatriz	06/12/2006	06/12/2036	6.950
São Bernardino	25/05/1998	25/05/2028	471
São Bonifacio	Em negociação	-	151
São Carlos	11/04/2006	10/04/2011	2.752
São Cristóvão do Sul	Em negociação	-	371
São Domingos	31/12/2009	31/12/2039	1.322
São Francisco do Sul	16/02/2001	16/02/2016	10.329
São João do Itaperiú	31/08/1993	31/08/2023	507
São João do Sul	Em negociação	-	173
São Joaquim	15/12/2009	15/12/2024	12.758
São José	16/08/1997	16/10/2027	65.035
São José do Cedro	20/01/2009	20/01/2029	2.641
São José do Cerrito	Em negociação	-	548
São Lourenço D'oeste	11/09/2006	11/09/2026	2.611
São Martinho	Em negociação	-	264
São Miguel D'oeste	22/07/2002	22/07/2022	8.064
Seara	13/12/2000	13/04/2030	1.551
Siderópolis	29/06/2006	29/06/2016	69.265
Taió	28/10/2004	28/10/2034	3.625

**Notas Explicativas**

Tangará	24/10/2000	02/10/2030	1.152
Timbó Grande	30/04/1992	30/04/2022	675
Três Barras	Em negociação	-	1.333
Treze de Maio	Em negociação	-	514
Treze Tílias	03/03/1983	03/03/2013	973
Trombudo Central	Em negociação	-	947
Turvo	19/06/2010	19/06/2030	1.164
Urubici	11/02/2008	11/02/2023	1.334
Urupema	03/08/2010	02/08/2030	359
Vargeão	13/12/2006	13/12/2036	352
Vargem Bonita	11/12/2000	11/12/2030	938
Vidal Ramos	Em negociação	-	522
Videira	10/06/2008	10/06/2018	8.041
Vitor Meirelles	30/06/1993	30/06/2023	396
Witmarsum	04/10/1983	04/10/2013	444
Xanxerê	28/02/2002	28/02/2022	4.638
Xavantina	Em negociação	-	311
Xaxim	13/12/2006	13/12/2036	<u>2.242</u>
			<u>1.195.020</u>

**b) Recebíveis**

A CASAN entende serem recebíveis performados todo o faturamento mínimo devido por seus consumidores por todo o período da concessão estabelecida com cada município.

Considera-se performados estes recebíveis, por entender que a infra-estrutura de fornecimento de água e/ou esgoto está disponível para o consumidor e que mesmo sem consumo efetivo lhe será cobrado a tarifa mínima.

\* \* \*

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

As projeções empresariais apresentadas foram feitas de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos.

- No exercício de 2010, foram aplicados R\$ 83,2 milhões, em obras de abastecimento de água, de esgoto sanitário, em desenvolvimento institucional, na aquisição de máquinas e equipamentos e na execução de projetos e consultorias.
- No segundo trimestre de 2011, foram aplicados R\$ 28,0 dos R\$ 768,9 milhões previstos para todo exercício, considerando as obras de saneamento a serem iniciadas com recursos a serem obtidos pelos programas CEF, AFD, OGE, JICA, PROSANEAMENTO/FGTS, BNDES, IFC, FONPLATA, OGU, FUNASA, Fundo Social e recursos próprios.

\*\*\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

### RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – COM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN  
Florianópolis – SC

#### I - Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### II - Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### III - Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito nas notas explicativas nº13 e nº27, apesar dos investimentos em ativos da Companhia, efetuados para a prestação de serviços de abastecimentos de água e esgotamento sanitário, estarem em linha com a interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”, a Companhia optou por manter os saldos contabilizados no grupo de Ativo Imobilizado. Dessa forma, não nos foi possível estimar os impactos deste assunto sobre os saldos registrados no ativo não circulante e no patrimônio líquido em 30 de junho de 2011, bem como, sobre o resultado do exercício findo naquela data.

#### IV - Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### V - Ênfases

a) Conforme descrito na nota explicativa nº11, em 30 de junho de 2011, a CASAN não renovou a concessão de exploração de serviços públicos de água e esgoto em alguns municípios que optaram pela municipalização desses serviços. Diante disso, a Companhia impetrou ações indenizatórias requerendo o ressarcimento, no montante do valor residual dos investimentos efetuados naqueles municípios, pautada em seus contratos de Gestão Associada e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, reclassificando o montante de R\$ 345.223 mil (R\$344.243 mil em 31/03/2011) para o ativo realizável a longo prazo. Assim, nenhuma provisão foi constituída para o exercício findo naquela data.

b) As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, devido ao término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº11, e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. Os planos da Administração, com relação a este assunto, estão descritos na nota explicativa nº 1. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes relativos à realização

e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

#### VI - Outros assuntos

##### c) Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

##### d) Auditoria dos valores correspondentes ao ITR do trimestre anterior findo em 31/03/2011

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011 foram revisadas pela empresa BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, e que em 4 de abril de 2011 a passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados, firmando em 13 de maio de 2011 seu Relatório de Revisão com a seguinte ressalva:

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, em 26 de agosto de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento da Lei nº 11.941/09, reparcelando tributos e contribuições administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Secretaria da Receita Federal (SRF), vencidos até 29 de fevereiro de 2000, anteriormente já incluídos no REFIS. Entretanto, devido a não consolidação dos débitos por parte da Secretaria da Receita Federal - SRF, em 31 de março de 2011, não foi possível aplicarmos procedimentos alternativos de auditoria e, conseqüentemente, concluímos sobre os montantes de R\$3.026 mil e R\$39.659 mil, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente, bem como seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e resultado do exercício.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos e a CASAN reconheceu contabilmente todos os efeitos, sanando assim a incerteza que ensejou aludida ressalva, conforme detalhamento abaixo:

Florianópolis 08 de Agosto de 2011.

AUDIMEC  
Auditores Independentes S/S  
CRC/PE 000150-0 "S" RN

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA  
CRC/PE 010483/O-9 "T" RN "S" SC  
SOCIO SÊNIOR

**Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN -, em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao 2º trimestre de 2011. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, e opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação dos acionistas.

Florianópolis, 11 de agosto de 2011.

RICARDO ZANATTA GUIDI

LUCIO MALLMANN

ADEMIR VICENTE MACHADO

ALVARO LUIZ BORTOLOTTI PREIS

ROBERTO FERNANDO CARVALHO AGOSTINI